



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE MEIO AMBIENTE E DOS DIREITOS
DOS ANIMAIS**

PRESIDENTE: LUANA ALVES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 23 DE JUNHO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Como Presidente da Comissão, declaro abertos os trabalhos da 3ª Audiência Pública semipresencial de 2022 da Comissão Extraordinária Permanente do Meio Ambiente e dos Direitos dos Animais.

Informo a todos que essa audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, *link* Auditórios *On-line* e pelo canal do Youtube desta Casa.

Essa audiência pública foi chamada em atendimento ao Requerimento 2 de 2022, de autoria da Vereadora Luana Alves.

Pauta desta audiência pública: Preservação da Mata Esmeralda, na zona Oeste de São Paulo.

Oficialmente está aberta nossa audiência. Queria, mais uma vez, fazer o convite para quem quiser vir fazer parte da Mesa. Queria chamar, em especial, o Ernesto Kenshi Carvalho Maeda, do grupo Coletivo Amigos da Mata Esmeralda; o Francisco Eduardo Bodião, famoso Chicão, do Fórum Verde Permanente; e acredito que a Dra. Juliana Torres Martins, especialista em Direito Ambiental, está de forma *on-line*, pode confirmar? (Pausa) Maravilha, obrigada Juliana, já estou te vendo.

Estão convidados oficialmente também: o Sr. Eduardo de Castro, Secretário Municipal de Verde e Meio Ambiente, da Secretaria; e o Sr. Marcos Duque Gadelho, também Secretário, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

Antes de iniciar o tema dessa audiência, queria reforçar a todos que o convite às Secretarias Municipais foi feito já há algumas semanas, na ocasião da aprovação dessa audiência aqui na Comissão. Infelizmente, não estão presentes as Secretarias nem de Verde e Meio Ambiente e nem de Urbanismo e Licenciamento. A de Urbanismo e Licenciamento não deu resposta. (Pausa) Ah, está aqui? Está presente? (Pausa) Deu resposta que não viria, pois é, infelizmente.

Já a do Verde e Meio Ambiente, eu falei agora com o Ravena, acho que todos aqui conhecem e que falou não seria possível, mas travamos um diálogo e conseguimos conversar

um pouco sobre o tema, minimamente, antes aqui dessa audiência. E foi bem positivo.

E, antes de passar para o nosso primeiro convidado da Mesa, que é o Ernesto, queria dizer que, enquanto defensora das pautas ambientais e moradora da região da zona Oeste, especialmente do Butantã, fico feliz que consigamos trazer esse debate para essa Casa.

Temos uma política, hoje, que não tem a ver só com o Município de São Paulo, mas uma política nacional de colocar o debate ambiental em terceiro, quarto, quinto, último plano; colocar como algo que não tem a ver com a vida das pessoas; colocar como algo que não tem a ver com o interesse político; é uma política que tem a ver com o Governo Federal, que tem a ver com uma postura negacionista, e tem a ver com uma postura no limite de não entender a defesa da vida das pessoas junto com a defesa ambiental. Muitas vezes vê como oposto: uma política de mentira que, na verdade, serve a um propósito de lucro para algumas meias dúzias de pessoas.

Então acho que é bem importante que façamos esse debate. Na divisa entre São Paulo e a cidade de Taboão da Serra, temos uma área verde de quase 500 mil metros quadrados, que é um ganho gigantesco não só para a população daquela área, mas para a cidade inteira. Tem a ver com o equilíbrio climático; tem a ver com o equilíbrio hídrico; tem a ver mesmo com a possibilidade de se ter uma área de Mata Atlântica preservada numa região de São Paulo. Isso traz ganhos para além do ganho humano, tem a ver com a ética de entender que é sempre positivo conseguir preservar os biomas naturais do Brasil.

Portanto, repito que é muito bom fazermos essa audiência e queria já passar para a pessoa que está, já há bastante tempo, nessa luta, que é o Ernesto Kenshi Carvalho Maeda, que é do Coletivo Amigos da Mata Esmeralda. Aliás, felizmente temos esse Coletivo. Acredito que se não fosse uma mobilização comunitária, uma mobilização que tem um caráter, ali, territorial, do bairro, lembrando que é um bairro diverso economicamente, todo mundo sabe que a região onde fica a Mata Esmeralda é perto de Taboão da Serra, perto do jardim Guará, perto de uma série de regiões que são de classe baixa. Assim, muitas vezes, as pessoas acham que parque é algo que só tem de ter no Centro, e muito comumente os parques públicos, nas áreas

periféricas, são os mais ignorados.

Queria, inclusive, dar como exemplo, e comentei isso na última audiência nossa, temos um parque bastante bom, ali no Distrito da Raposo Tavares, que é onde fica a Mata Esmeralda, o Parque Juliana, que fica no Boa Vista, no meio de uma periferia. E não à toa o Parque Juliana está sendo invadido por empreendimento imobiliário, e ninguém tem absolutamente nenhum problema com isso. É uma área demarcada de parque público que está sendo invadido por empreendimento multimilionário. E é impressionante, porque não se faria isso no Ibirapuera, não se faria no Parque Aclimação, não se faria isso num parque de uma região mais de classe média. Então é importante que estejamos fazendo esse debate, porque a periferia também tem que ter direito a ter um parque municipal, como pode ser o caso de um parque na região da Mata Esmeralda.

Dito isso, eu vou passar a palavra ao Sr. Ernesto, do coletivo Amigos da Mata Esmeralda.

O SR. ERNESTO KENSHI CARVALHO MAEDA – Boa noite, Vereadora Luana Alves.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer pelo convite à Comissão do Meio Ambiente, à Câmara Municipal, por possibilitar esse importante debate.

Infelizmente, lamento a ausência da Secretária do Verde e do Meio Ambiente e da Secretaria de Licenciamento, porque seria importante essa presença, a participação dessas duas secretarias.

Quero ressaltar que falo em nome de um coletivo que envolve moradores da comunidade dos bairros do entorno da Mata Esmeralda, ativistas ambientais que vêm participando ativamente. E quero registrar a importante participação do Fórum Verde Permanente, que desde o início está conosco nesta luta.

A nossa luta como coletivo é nova. Começamos as primeiras mobilizações no final do ano passado. E tivemos a primeira plenária no dia 15 de janeiro.

Nessa primeira plenária, tivemos uma primeira caminhada na região, no entorno da

mata; e, depois, o primeiro abraço da Mata Esmeralda.

Eu não sei se é possível. Eu passei para cá algumas imagens para ajudar o pessoal a entender um pouco o que é essa nossa luta.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. ERNESTO KENSHI CARVALHO MAEDA – Naquela primeira imagem tem a localização do que nós chamamos de Mata Esmeralda. Justamente, inclusive, esse nome Mata Esmeralda é porque quem mora no Jardim Guaraú já chamava de Mata Guaraú. Mas são vários bairros que cercam. Do outro lá, tem o Rosa Maria, o Educandário, o pessoal do Monte Alegre, no Taboão da Serra.

Ali mostra bem essa divisão na primeira imagem maior do que é a Mata Esmeralda, na divisa de São Paulo com Taboão da Serra. E tem aquele traço azul, que é a divisória que divide o Município de São Paulo para cima e a parte da mata no Taboão da Serra, que corresponde a cerca de 22% do total da área.

Naquela imagem de cima, à direita, nós temos, naquela parte verde, o que são as duas ZEPAM, que são as áreas de proteção ambiental da Mata Atlântica.

E eu separei, na figura debaixo, o que seria a Mata Atlântica.

Se vocês observarem, há uma diferença da ZEPAM do que a própria Geosampa classifica como Mata Atlântica.

Eu estou chamando a atenção porque a Mata Atlântica é maior do que a Zepam. E, quando você vai para os planos de loteamento, o loteamento avança para cima da Mata Atlântica, que está fora da Zepam – estranhamente. E a nossa luta começou por isso.

Nós ficamos sabendo que estava em andamento um processo de construção de loteamento. Não é loteamento popular, é loteamento mais caro. E que teria um impacto muito forte caso seja construído.

Esse loteamento já existe há algum tempo, inicia em 97, e vem sendo protelado por uma série de problemas.

Desde o início, nós estamos conversando, buscando informação via alguns

parlamentares parceiros. Nós estamos conseguindo conversar com a Secretaria de Licenciamento e com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Terça-feira, inclusive, devemos ter uma nova reunião com a Subprefeitura do Butantã.

A nossa luta é essa, uma luta pela preservação dessa área. Essa área tem uma fauna muito rica. Uma área de Mata Atlântica que tem um papel fundamental e estratégico na preservação das questões, condições ambientais da cidade de São Paulo e região, no caso envolve aqui, encostado nessa região temos a divisa de Cotia, Osasco. Ao abrir, no meio da Mata, tem uma rua que é a continuação da Diogo Gomes Carneiro, que começa na Eiras Garcia. Embaixo, já está no projeto, a ampliação da avenida ali no Guaraú. Isso, inclusive, vai aumentar o fluxo de automóveis nessa região.

Então, fora o impacto de desmatamento da área, vai ter um impacto muito forte e eu não sei se a Prefeitura tem um estudo sobre esse impacto que vai causar na região toda. Para nós, que somos ali da região, é fundamental a preservação desse espaço. Falta para a gente, para a comunidade, que quer um espaço que ela possa não só preservar, mas usufruir de uma forma responsável, claro.

Nós temos um conjunto de escolas, é bom lembrar, estamos dialogando com as escolas da região, com diretores, pais, alunos, os envolvendo nesse debate, porque é preciso também melhorar um pouco essa questão, de você possibilitar para a população, seja ao acesso que eles têm e não conhecem. Engraçado porque nesse processo de construção do movimento muitos moradores estão ali há 30, 40 anos ou mais; cresceram ali, eles foram trazendo toda a experiência de vida, porque muitos frequentaram aquela área desde criança. Então tem toda uma história que é preciso ser preservada. Você não pode apagar simplesmente, em função apenas dos interesses econômicos. Se a questão habitacional é um problema sério e nós concordamos com isso, é preciso encontrar maneiras e formas mais adequadas de resolver sem a destruição do meio ambiente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Perfeito. Muito obrigada, Ernesto, pela sua

contribuição. É importante que você tenha trazido o material visual para a gente conseguir entender o que é esse remanescente de Mata Atlântica, inclusive para conseguirmos ter uma dimensão do quanto poderíamos aproveitar um espaço público como esse.

Passo a palavra ao Sr. Francisco Eduardo.

O SR. FRANCISCO EDUARDO BODIÃO - Boa noite, Vereadora Luana, Ernesto, Elisa, e todos que nos acompanham virtualmente.

Reforçar o agradecimento do Ernesto à Vereadora Luana, pela possibilidade dessa conversa, desse debate. Agradecer à Câmara dos Vereadores, à Comissão de Meio Ambiente, porque aqui é a referência, acredito que a mais imediata, onde a gente se socorre. Falar dessa Casa com suas qualidades e defeitos é falar da dimensão da cidadania da cidade. A gente, certo ou errado, equivocado ou convencido da qualidade de qualquer debate, se apoia muito nesta Casa.

Então, os Vereadores têm um papel muito importante na qualificação de qualquer debate na cidade, e a cidade precisa qualificar seus debates. Estamos sentindo muita falta do debate, do debate público, do argumento que convence, do estudo técnico, enfim, da referência acadêmica.

Então a gente busca esta Casa também para ter espaço para divulgar e ampliar esse debate. E, pensando nisso, olhar para o movimento, olhar para um coletivo como o de moradores que está no entorno de uma área de proteção ambiental que é a Mata Esmeralda e que tem feito esse papel.

Esses moradores têm estudado a legislação, esses moradores têm se apoiado em técnicos e técnicas que dedicam sua vida também a entender os impactos ambientais quando a gente fala da derrubada de áreas, como a Mata Esmeralda. Foi a população dessa área que foi buscar academia e está em diálogo com a universidade, está aprendendo com o saber universitário, mas, mais do que isso, está contribuindo com o saber acadêmico a partir da experiência que tem, da história que tem, do convívio que tem no território.

A gente está sentindo falta de tudo isso na cidade. A gente está sentindo falta desses

espaços que qualificam a política pública. A política pública, infelizmente, na cidade de São Paulo e no País, de forma geral, basta a gente pensar no contexto que a gente vive nacionalmente, o debate, a qualificação da política, a qualificação das decisões que a gente tem que tomar vem sendo cada vez mais desmanteladas, desqualificadas, desconstruídas.

Então, estar neste momento na Câmara dos Vereadores, na presença de uma Vereadora, de uma mulher negra, discutindo questões ambientais com referência técnica, com referência acadêmica, com referência popular, enche-nos de esperança.

Então, representando o Fórum Verde Permanente venho saudar essa atividade, venho me somar à defesa da Mata Esmeralda. Acredito que a luta em defesa da Mata Esmeralda é representativa da cidade que a gente quer defender, da cidade que a gente quer construir. São dezenas ou quase centenas de áreas como a Mata Esmeralda em São Paulo que estão em risco, que estão sob o olhar da especulação imobiliária, dos empreendimentos imobiliários e do negócio de compadrio. Não podemos deixar de escancarar essa percepção.

A cidade, infelizmente, exerce o jogo do compadrio, do interesse. E a discussão, a revisão do Plano Diretor inclusive que está suspensa por hora, mas está se aproximando, é representativa disso.

Então, uma preocupação que a gente vem compartilhar com esta Casa e, de novo, solicitar dos Vereadores e Vereadoras que dediquem tempo e atenção aos impactos na qualidade de vida dos moradores da cidade de São Paulo e a revisão do Plano Diretor é representativo dessa discussão.

Há inclusive a previsão no Plano Diretor da criação de 167 novos parques. O Plano de Metas do atual Governo apresenta para conclusão até 2024 a criação de oito novos parques. Então, nessa velocidade nem em 20 anos a gente vai constituir todos os parques que estão previstos no Plano Diretor e, nesse meio do caminho, a gente está perdendo áreas verdes como a Mata Esmeralda. Acredito que não vamos perder a Mata Esmeralda, mas vai exigir da gente muita luta, compromisso e cada vez mais atenção do Poder Executivo.

Lamento a ausência do Poder Executivo de estar dialogando com uma comunidade

tão comprometida, tão aguerrida, tão séria, tão dedicada e que pode e deve, com certeza, contribuir com o Executivo, com a Prefeitura para qualificar também a defesa de outras áreas. Então, aprender com vocês é papel de Poder Público. O Poder Público também deve aprender com a cidadania, com as pessoas, com os moradores de regiões como da Mata Esmeralda. Lamento a ausência do Executivo neste momento e lamento a ausência da Secretaria do Verde com quem a gente tem travado diálogos importantes.

Nós, do Fórum Verde, sempre que podemos defender os trabalhadores, os técnicos da Secretaria do Verde que de forma abnegada também se dedicam à defesa do meio ambiente e, cada vez mais precarizados. É uma secretaria que sofre com desmonte, sofre com falta de orçamento, sofre com a incapacidade de administrar políticas e programas. A defesa de áreas verdes e de áreas de proteção depende de programas, de políticas, depende de orçamento. É bom lembrar que as áreas de mananciais também, que são áreas de proteção, são áreas de defesa da qualidade de vida na cidade, estão desaparecendo e elas vão desaparecer e vão deixar de existir exatamente por falta de ação do Poder Executivo, por falta de compromisso do Poder Executivo.

Resgato, na presença da Vereadora Luana Alves, que tem acompanhado esse debate, que o Vereador Gilberto Natalini, quando esteve nesta Casa, produziu um dossiê importante sobre as áreas de mananciais. Então, estamos atrasados nesse debate. Estamos congelados nesse debate e cada minuto que perdemos significa que áreas verdes estão sendo desmatadas, perdidas.

Agradeço, de novo, a possibilidade de estar aqui, somando força com os Amigos da Mata Esmeralda. Agradeço, mais uma vez, a disposição da Vereadora Luana Alves.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Sou eu que agradeço, Sr. Chicão. É sempre bom escutar o Fórum Verde Permanente, que tem tido um papel muito, muito importante, em diversas lutas, porque é uma forma de conseguir organizar em um fórum, em uma ferramenta organizativa, mesmo, muitas demandas da sociedade civil. Então, acho que o Fórum Verde tem

cumprido um papel político muito, muito bom. Assim, parabenizo-o, também, por isso, como parte do Fórum Verde.

Também quero passar a palavra para a Sra. Juliana Torres Martins, que está de forma *on-line*, compondo a Mesa. É especialista em direito ambiental. Sra. Juliana, está com a palavra.

A SRA. JULIANA TORRES MARTINS – Obrigada. Boa noite a todos. Vereadora Luana Alves, nós nos conhecemos, lá, na Rede Emancipa. Lembra-se? Foi na pandemia.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Eu me lembro. Eu me lembrei, sim.

A SRA. JULIANA TORRES MARTINS – Então, olhe, tinha de ser a senhora, para estar aqui, encabeçando isso. Parabéns. Que bom vê-la e todo esse mandato. Parabéns, mesmo. Muito obrigada.

Eu sou professora de direito ambiental. Sou advogada ambientalista. Faço parte tanto do Fórum Permanente quanto dos Amigos da Mata Esmeralda. Sou voluntária, com eles e com todos, e não tenho mais nada a falar. Como os capitães já falaram, é só conformar para todo mundo que, como o próprio Chicão falou, há técnicos. Há um comprometimento do grupo.

Eu, como advogada, falo de exercer o direito de propriedade. Essa área é uma área privada. Então, para os proprietários dessa área exercerem o direito de propriedade, isso não pode ser ao léu. Não pode ser de qualquer maneira. Não é de forma absoluta. É de forma relativa. Precisam cumprir a lei. Há uma limitação da nossa Constituição. Então, na nossa Casa, em que estamos hoje, estamos todos debaixo da Constituição, inclusive os proprietários da terra.

Quando os moradores decidem olhar para isso e decidem cuidar disso, eles estão exercendo o direito livre, espontâneo, deles – assim como alguém do Japão ou da Noruega pode querer proteger a Mata Esmeralda. A proteção do local, da riqueza desse local, é para todo mundo. Não existe um limite. Então, não existe uma guerra de uns contra outros. Estamos todos aqui, debaixo da Constituição. Somos todos submetidos à lei e a nossa Constituição escolheu que o direito de propriedade vai ser limitado. Então, o proprietário não pode fazer o que ele quiser, ao deus-dará, de qualquer jeito. Ele tem de obedecer à lei.

É só isso o que os moradores querem, o que todos nós queremos, o que o Fórum Permanente quer, o que todo cidadão consciente do Brasil quer. Afinal, somos o país da maior biodiversidade do mundo. Quem vai defender tudo isso? Somos nós.

Muito obrigada, Vereadora Luana Alves. Só quis deixar esse esclarecimento e estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Maravilha. Muito obrigada, Dra. Juliana. É bom reencontrá-la. É sempre bom ver advogados e advogadas que estão aí, à disposição das lutas e dos movimentos.

Eu quero, também, colocar aqui algumas questões sobre o interesse privado, que foi uma coisa que a senhora mencionou e que, de fato, é, enfim, uma questão com a qual temos de lidar. É sempre um debate difícil de ser feito.

Sabemos que uma parte da Mata Esmeralda tem um proprietário. É importante dizer que é uma parte pequena, inclusive. Há uma parte que não é de nenhum proprietário ou proprietária. Quanto a essa parte que é de um proprietário, assim, até onde eu sei – o movimento me corrija, se eu estiver errada –, não existe resistência desse dono ou dessa dona de conversar com a Prefeitura para pensar alternativas para uso público daquele espaço.

Sabemos que não seria a primeira, nem a segunda, nem a última vez em que, por exemplo, uma área remanescente de algum bioma e que acontece de estar em propriedade privada pode ser para uso público, diante de alguma negociação com a Prefeitura. Há muito instrumento legislativo e administrativo para isso. Então, há indenização, há vários instrumentos por meio dos quais o Poder Público pode negociar com o proprietário da região a fim de conseguir garantir o livre acesso, digamos, para poder fazer do espaço uma praça, um parque, uma área demarcada. Enfim, há muitas possibilidades de se fazer isso. Inclusive é supercomum acontecer de parte de uma área destinada a um parque ser privada, mas é feita uma negociação, muitas vezes muito tranquila, em especial se for uma área que está sem uso há muito tempo.

Se a área pertencer a um proprietário que não faz uso da área há muito tempo e aparentemente não demonstra interesse por ela, ele estaria disposto a negociar com a Prefeitura.

A questão é vontade política, porque, muitas vezes, o proprietário pode receber uma proposta da Prefeitura para transformar a área numa área pública que vá preservar a Mata Atlântica ou ele pode receber uma proposta do setor da construção, uma empresa privada que quer construir nela. A questão, portanto, é a Prefeitura, o Poder Público se adiantar para conseguir fazer dessa área uma área de interesse público.

Acho que é uma algo bastante importante de ser comentado. Sem contar que uma parte da Mata Esmeralda é Zepam e, portanto, não se pode construir nada nessa que é uma Zona de Interesse Ambiente, de Proteção Ambiental; outra parte é uma ZEIS, que pode ser para construção residencial e, portanto, uma região de interesse social. Isso significa que não se pode simplesmente chegar lá e construir um condomínio de luxo, porque há regra para ZEIS. Uma delas é a construção de habitação popular. Por isso, não se pode pegar uma região grande de Mata Atlântica e simplesmente fazer nela um empreendimento. Pela lei, não se pode fazer isso. Por isso, a questão é muito simples de a Prefeitura resolver.

No meu entendimento, o ideal é que aquela área seja preservada. Mas mesmo que uma parte seja destinada à habitação, não pode ser de luxo pelo fato de a área ser uma ZEIS. Eu sei que o movimento sabe que isso é algo importante, mas é preciso destacar que isso tem acontecido na Cidade inteira. Numa região muito próxima dali, no Morro do Querosene, está havendo um problema pela área ser ZEIS e estarem querendo construir um prédio cujo condomínio é 500 reais. Esse valor não caracteriza Habitação de Interesse Social. Podem até denominar como ZEIS, mas não é habitação popular. Não dá para a Prefeitura forçar a barra ao estabelecer qualquer tipo de parceria com propriedade privada que vá endividar famílias de classe média para a vida inteira por um apartamento de 30 metros quadrados. Sequer há subsídio ou cálculo de aluguel com base na renda, como sempre foi na CDHU, na Cohab, programas de fato de habitação popular.

O que tem acontecido é uma forçação enorme para conseguir, mais uma vez, favorecer grupos econômicos poderosos que querem apresentar o seu produto imobiliário como se fosse de interesse social, e não é. É um produto imobiliário de interesse privado, que, na

verdade, na minha opinião, prejudica muito quem precisa comprar uma casa, adquirir um imóvel. A questão é que a Mata Esmeralda corre o risco de sofrer um desvirtuamento do seu propósito, tanto do ponto de vista ambiental como do ponto de vista de habitação, e é importante deixarmos isso registrado.

Neste momento, vou passar a palavra às pessoas inscritas pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo

O primeiro inscrito é o Sr. Elio Giovan Bueno de Camargo.

O SR. ELIO GIOVAN BUENO DE CAMARGO – Boa noite, pessoal.

Primeiramente eu quero parabenizar a Vereadora, a Juliana, o Ernesto e principalmente a Elisa pelo trabalho que estão fazendo.

Nós precisamos salvar todas as áreas verdes da Cidade, porque uma vez destruídas, não serão mais recuperadas. Então, antes da implantação de qualquer parque na Cidade, que seja primeiramente assegurado que os recursos do Fundo Municipal de Parques – conforme o artigo 289 do PDE, em conjunto com o FEMA – Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – não sejam apenas aos parques do Quadro 7, conforme o parágrafo 1º da lei, e que antes sejam destinados para aquisição de todas as áreas verdes particulares da Cidade, sejam em Zepam ou fora dela, dentre as quais a Mata Esmeralda e as muitas áreas citadas pelo Chicão.

Em segundo lugar, que os recursos previstos no artigo 4º do Fundo de Parques sejam complementados por uma taxa que incida proporcionalmente sobre todos os licenciamentos construtivos aprovados na Cidade, pois não precisamos destruir as áreas verdes para as construções.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Elio, por nos lembrar dos instrumentos legislativos disponíveis.

O próximo inscrito é a Sra. Ângela Martins Baeder, da Amigos da Mata Esmeralda.

A SRA. ÂNGELA MARTINS BAEDER – Boa noite. Primeiramente agradeço à

Vereadora Luana a iniciativa, a força que você está dando aos movimentos de preservação e a oportunidade de fala para discutir essa questão que eu julgo muito importante.

Eu sou professora aposentada e, como participante da área ambiental como membro do Movimento da Mata Atlântica e do Fórum Verde – que tem dado uma força muito grande para outros movimentos na Cidade –, eu chamo a atenção para a questão do equilíbrio climático. No País e no mundo, o que há de diversidade preservada? Nós sabemos, por exemplo, que até a umidade do ar aqui em São Paulo é fruto dos rios voadores da Mata Amazônica. A Mata Esmeralda, por exemplo, é fundamental tanto para os bairros ao seu lado como para a Cidade inteira e, do ponto de vista da preservação, a mata em pé já é uma conservação em si, porque já absorveu uma quantidade enorme de carbono, que, ao ser tirado, é transformado em outras coisas, aumentando a alteração climática que já está ocorrendo.

Portanto, não adianta falar em ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e não fazer funcionar um plano de manejo da Mata Atlântica na cidade de São Paulo. Apesar de os ODS serem pautados sempre em todos os fazeres e documentação da Prefeitura, é preciso colocar isso em prática. Não adianta falar em ODS e permitir especulação imobiliária e esse aumento enorme de verticalização da Cidade, que impede o sol, a ventilação e uma série de outras coisas em detrimento das áreas que eram de preservação. Por isso, eu acho também fundamental nós pensarmos na importância da preservação da Mata Esmeralda.

Eu acho que é tão importante conseguirmos estancar isso, essa coisa de crescimento, de destruição, para depois nós tamparmos o buraco e replantar, replantar e replantar e deixar a destruição primeiro. Não. Nós temos de preservar primeiro. Então, eu penso que isso é muito importante por conta dessa questão da preservação.

E, aí, eu fiquei pensando que teriam muitas perguntas, porque nós queremos que a mata seja preservada. Mas eu sou do Cades Butantã e, além do movimento, nós discutimos, dentro do Cades e a pedido do movimento, que os representantes da Secretaria do Verde tentassem incorporar o Planpavel do Município e transformar em parque. E, realmente, isso aconteceu. Então, nós fizemos um documento e a Secretaria do Verde incorporou a Mata

Esmeralda naquele conjunto de áreas verdes que serão transformadas em parque. E, aí, chega aquela questão, que vocês já mencionaram, o fato de ela ter sido incorporada no Planpavel garante a sua preservação? Então, eu gostaria de entender melhor qual é o processo daqui para frente. Nós estamos ainda com a suspensão da discussão do Plano de Desenvolvimento Estratégico. Nós estamos ainda com essa discussão parada, por conta da pandemia e tudo mais. Mas eu gostaria de entender um pouco melhor isso, até que ponto o fato de ter sido incorporada garante a sua preservação.

E outra coisa, se existe, Luana, e eu gostaria de ouvir de outros Vereadores – mas, infelizmente, não estão aqui – e também do Executivo, como que podemos esperar que seja garantido tudo que está no plano? Então, os mais de 160 parques que deveriam ter sido implantados e não foram, existe alguma estratégia? Existe como a sociedade civil participar dessa estratégia? O que tem de ser feito? Porque, por exemplo: “Ah, não tem orçamento”, mas é isso mesmo? Ou, como a Luana estava falando bem no começo, não se dá o devido valor para a saúde? É uma preservação da saúde, e eu acho que isso não é valorizado mesmo, não é considerado na balança e transformado no orçamento.

E outra coisa, nós vemos alguns itens serem aprovados no Participe Mais e, no entanto, nós não sabemos por que as coisas não são implantadas também. Então, no orçamento participativo, por que são aprovados vários itens, depois de toda uma discussão e tudo mais, por que isso não se efetiva? Eu estou falando até de outras coisas como, por exemplo, da UBS na Raposo Tavares. Nós tivemos a votação de dois itens, por exemplo, no Butantã, que eram relativos à preservação.

Bom, então, não sei se há estratégia para isso e essa é uma pergunta. Qual a estratégia da Câmara Municipal, no sentido de implantar, de fato, os parques?

Outra coisa, em relação à Mata Atlântica, se há a possibilidade de transformar a área toda em parque. E a área toda implica, inclusive, na parte do Taboão da Serra. Como vai ser isso? Há um diálogo já entre o Município e o Estado para essa transformação? Ou é possível pegar só essa parte do Município e implantar como parque municipal?

Eu vou chamar a atenção, aqui, para o seguinte: tem a Zepam e tem a Zona Ambiental Mista, que é aquela mais clarinha, que o Ernesto nos mostrou na imagem. Mas aquilo lá é um bosque heterogêneo. O bosque heterogêneo é uma área que está se recuperando, tanto é que é área mista ambiental. Então, se nós queremos preservar mesmo, essa área tem de ser considerada também tal qual a Zepam. Apesar de não ter a limitação total que tem na Zepam, mas essa área está em recuperação. Então, nós gostaríamos de saber se há a possibilidade de incluir essa área para preservação.

Outra coisa, como estancar as alterações que já estão ocorrendo lá? Já foram cortadas muitas árvores. As pessoas veem entrar e sair caminhão de lá. Então, tem arruamento que nós víamos antigamente, porque eles viram toda a movimentação do bairro e tamparam tudo na cerca. Então, já não dá mais para ver tanto, só se você subir na cerca. Tem arruamento lá com pedras, que é, no caso, o subleito, né, e entra para a mata. E, aí, nós não vemos mais a estrada, mas estão acontecendo alterações. Então, quais medidas nós podemos tomar para estancar isso?

Então, são essas as questões que eu coloco e agradeço muito a oportunidade de estar conversando com todos vocês, companheiros dessa luta, que não é pequena.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Ângela.

Antes de passar para a próxima pessoa, eu vou tentar, muito resumidamente, responder algumas coisas que você colocou, sobre o que nós podemos fazer.

Eu acho que o que nós estamos fazendo neste momento, que é nos organizarmos comunitariamente, procurar a Secretaria Municipal, procurar a Secretaria Estadual e o Legislativo, isso é uma forma de organização comunitária que surte efeito, porque significa uma pressão popular. Significa a população da região pressionando para uma mudança na política pública. Quando eu digo política pública, eu digo a vontade política, porque, hoje, a vontade é neutra, é nenhuma. Se não houvesse pressão popular, ia deixar a coisa como está. Ia deixar vir a construtora..., ia deixar assim. Ia deixar rolar e isso é uma coisa que está bem óbvia. Então, acho que isso é uma primeira coisa.

Eu concordo com o que você falou sobre a ODS, fazendo um momento desabafo aqui. Eu que acompanho, há um tempinho, a questão ambiental, eu, às vezes, tenho algumas resistências à questão dos objetivos de ODS. Eu acho, que, às vezes, simplificam um pouco o debate e não colocam a profundidade da luta ambiental, da luta pela sustentabilidade e, em especial, acabam fugindo da questão estrutura, que é o combate aos interesses econômicos de uma minoria. Eu acho que isso acaba ficando, às vezes, meio nebuloso no debate de ODS.

E só para comentar sobre o que você falou a respeito do Planpavel. Esse Planpavel é um planejamento interno da Secretaria. Hoje, não está no radar da Secretaria a Mata Esmeralda e isso foi colocado de forma bem franca, inclusive, hoje para mim, de que não está no radar, de que tem de ser provocado - aliás, este é o encaminhamento que eu quero propor, desta audiência. Mas, enfim, o que eles podem fazer é incluir a Mata Esmeralda no Planpavel, que é um plano de áreas preservadas. Isso seria interessante. Seria um reconhecimento público de que Mata Esmeralda está dentro do planejamento para se demarcar mais áreas verdes. Mas não é uma garantia de lei. É um planejamento interno de uma Secretaria, o que é importante, é um reconhecimento, é um avanço, é um passo que nós temos de dar e que temos de buscar, mas eu não vou dizer para você que é uma garantia, Ângela. Porque têm coisas do Planpavel que não estão sendo executadas. Enfim, é parte de um plano interno da Secretaria, mas que tem o seu tempo próprio também para fazer as suas atuações. Então, só para tirar essa sua dúvida também.

E você falou sobre a articulação com o Estado. Até onde eu sei, eu estava conversando com o Ernesto, a Deputada Mônica Seixas também está bastante ciente da questão. Ela é uma deputada ambientalista, ecossocialista, na verdade, e que já está ciente da questão da Mata Esmeralda e vai acionar a Secretaria Estadual do Verde e Meio Ambiente. Então, nós temos essa parceria em nível estadual também. Isso é uma coisa que eu consigo, também, te confirmar porque o Ernesto falou. Enfim, eu tenho uma relação bem próxima com a Deputada Mônica e já está no radar dela também essa questão. Mas eu acho que, neste momento, nós estamos, nesta audiência, provocando o Executivo e nós vamos tomar algumas

medidas para provocar a Secretaria Municipal do Verde, até porque foi pedido do próprio Ravena, que falou: “Então, eu quero que provoque” e nós vamos fazer isso. Então, eu acho que, por enquanto, nós temos uma postura minimamente de ter um interesse, sim, de somar junto e de pensar ali em um parque público, tá bom.

Agora eu vou passar para a Ana Aragão. (Pausa) Se ela estiver por aí, pode falar depois, sem problema.

Diego Martins. (Pausa)

Alexandre Vilas. (Pausa)

Elisa Nascimento, do Amigos da Mata Esmeralda. Quem quiser falar, é muito tranquilo. É só falar com o Renato, que está pegando as inscrições.

A SRA. ELISA NASCIMENTO – Boa noite.

Hoje nós estamos aqui porque nós precisamos defender as áreas verdes, preservar as áreas verdes que ainda restam na Cidade. E também nós precisamos aumentar essa quantidade de área verde, porque ainda é pouca. Nós vemos no bairro do Butantã, que parece ser um dos bairros mais arborizados da Cidade, mas, mesmo assim, ainda é pouco diante de tanta necessidade. E isso porque tem muita degradação, existe muita supressão, ainda. Então, nós precisamos aumentar. Além de preservar, fomentar. Aumentar, e muito, ainda. E também aumentar os cuidados com essas áreas verdes, compreender esses territórios.

A importância da Mata Esmeralda precisa ser dita, precisa ser revista e ampliada. Temos de mostrar o quanto esta mata é uma joia do bairro do Butantã. Ela é importante para toda a cidade de São Paulo por conta do que ela promove de bem-estar, aquele frescor para os bairros que circundam ela, mas toda a migração de pássaros. É uma mata que tem muitos bichos, muitos, muitos, muitos, muitos, muitos bichos, tudo quanto é tipo de bicho, aves. Enfim, é muito rica. É uma mata densa ao primeiro olhar. É considerada uma mata ombrófila densa, o que significa que é uma mata de chuva. Então, esse frescor, a que o pessoal se refere, é verdadeiro e, muitas vezes, as pessoas que vão morar naquela região levam em conta exatamente isso.

Conversando com os moradores do entorno, nós ouvimos coisas assim: “A mata me

acalma”, “Esse ar da mata é que me deixa tranquilo”, “Morar perto desta mata é muito bom para a questão da saúde”. São coisas assim que nós escutamos.

Podemos falar que é a nossa floresta urbana. São aproximadamente 500 mil metros de área verde, que estão envoltos de um matagal: não se percebe essa beleza toda, porque o matagal dá uma impressão, para a comunidade que faz uso do entorno, que passa no meio da mata, que precisa usar aquela região, a mata se torna perigosa, arriscada demais. É perigosa para passar sozinho, para passar à noite.

É muito arriscado, tem questão de segurança e ainda não entramos nesse mérito de como se proteger naquela região. É muito agressivo, porque como falei, é um matagal que está escondendo, é um estado de abandono em que se encontra.

Então, estar aqui hoje para defender que essa mata fique em pé, que essa floresta fique em pé e preservada e que tenhamos a oportunidade de começar a cuidar dela, porque está um abandono. O que significa esse abandono? Por exemplo, está em desuso hoje em dia o arame farpado, parece que há muito tempo, ao menos as propriedades. Quando se tem uma propriedade se põe um alambrado, um postinho, cuida, faz um aceiro da propriedade, que são dois metros e meio para dentro, dois metros e meio para fora. Cuida para que não tenha incêndio, focos de fogo, não tenha, por exemplo, animais sendo atropelados diariamente, caçados, animais abandonados no meio da mata, lixo sendo jogado, muito lixo, muito entulho.

Então, olha quanto cuidado que precisa com aquela região. É particular? É, a maior parte dela. Tem ativo público? Parece que sim, porque se há a ideia de um empreendimento imobiliário é possível que se deixe uma parcela para o Poder Público fazer uso, enfim. Isso não está claro e ainda não sabemos quem pode nos responder isso. Por isso estamos aqui, para preservar a mata da melhor maneira possível, do melhor jeito de fazer isso.

E esse cuidado do entorno, a população está envolvida, está querendo, está precisando. E por isso, Vereadora Luana, que é bom que você nos ajude, é bom estar aqui, que o seu mandato tenha esse olhar de cuidado com esses territórios. Está precisando mesmo um olhar feminino de cuidado, eu acho isso bacana. Nós admiramos lá, agradecemos essa

oportunidade, comentar, conversar no dia a dia das pessoas o quanto isso é importante, porque é uma área grande para tomarmos conta, o nosso coletivo, são núcleos distribuídos por cinco bairros. E realmente dispostos a conversar com o Poder Público de como cuidar.

Por exemplo, estivemos falando com o Sr. Ravena, lamento a ausência dele. Ele disse que não pode fazer nada porque é uma área particular. Mas como uma área tão grande, de 500 mil metros quadrados, ele não possa fazer nada. Fica vago assim, sei lá, é tanta coisa que se poderia fazer.

Por exemplo, quando estamos do lado de Taboão começamos a perceber que vem um esgoto, uma água de Taboão descendo num canto da mata, a partir de três tubos, aqueles tubos de concreto de um metro de diâmetro cada um, são três, então são três metros. E essa água que vem do Taboão entra na mata, vai correndo por dentro das laterais, contamina três nascentes que estão dentro da mata e vai indo em direção ao Colégio Cintra, que é uma escola estadual. E por conta de lixos, de entulho que as pessoas jogam dentro da mata, esse esgoto, essa água que vem muito forte do Taboão, está represada ali com lixo. A qualquer momento aquilo vai romper, como já rompeu outras vezes pelos relatos das populações que ocupam, que moram ali, têm comércio. E ouvir de uma autoridade que não pode fazer nada é muito complicado, no mínimo, disposição para ir lá ver o que está acontecendo, porque nós estamos chamando.

Então, fica assim aquela questão do esgoto represado dentro da mata que tem três nascentes importantíssimas, inclusive, nos registros da própria Prefeitura. Então, quando vai chegando nessa escola, essa água contaminada, esse esgoto que vem do Taboão está ali no muro da escola. Eu imagino a dificuldade para esses alunos estudarem, sentirem aqueles odores, porque a mata está atrás da escola, os bichos vão e vêm da escola, entram e saem de tanto bicho que tem, dizem que até por conta das frutas, da merenda, eles vêm no cheiro. Tem ninho de bicho da mata que é feito nas árvores do corredor da escola. Então, tem uma relação de mata/comunidade que precisa ser vista, precisa ser cuidada.

E também há muito pedido dos moradores da região do lado do Guaraú, porque

dizem que os galhos das árvores das matas caem em cima das casas e quebra mesmo, quebra telha, quebra parede. Então, são muitos os olhares que precisamos despertar para cuidar dessa região, não é a mata em si, mas o entorno da mata, esse cuidado do território. Por isso estamos aqui hoje, queremos agradecer e queremos continuar nessa luta. Queremos, quem sabe, organizar uma visita técnica, porque o Sr. Ravena falou: se tiver irregularidade de calçada, lixo, faz a foto e manda para mim. Mas quero dizer que além disso, de foto, nós temos um dossiê muito bem montado, elaborado por pessoas que foram visitar a mata várias vezes.

E se for o caso, Vereadora, pedir uma visita técnica para ladearmos todas essas questões. Ou pelo menos as mais importantes que afetam diretamente a comunidade, enquanto vamos entrando nessa lista de priorizar a mata para que se transforme em um parque com esse olhar de cuidar da natureza. Um parque escola, um parque que atenda os jovens que queiram aprender sobre a natureza, sobre as nascentes, sobre flora e fauna e áreas verdes, enfim.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Eu que te agradeço, Elisa, por sua fala muito qualificada, enfim, de alguém que está há bastante tempo na luta e se dedicou muito a estudar o espaço, agradeço bastante.

Antes de passar para a Beatriz Enge, quero só comentar, escuto muito dizer que o Butantã já é muito arborizado e tal. Isso é uma falta de conhecimento territorial muito grande, porque é um bairro extremamente desigual. Na verdade, é um Distrito composto por vários subdistritos, tem ali perto do Metrô, mas tem Raposo, tem o fundão da Raposo, temos o Rio Pequeno, a Vila Sônia, é extremamente diverso. Socialmente não dá para dizer que é cheio de área verde, não é assim.

A Mata Esmeralda, acho que é uma das únicas áreas verdes que tem o Rosa Maria, o Educandário, o Guaraú, uma porção de regiões que são o final da Raposo, que geralmente ficam esquecidas pelo Poder Público quando se fala que o Butantã é um bairro arborizado, classe média, acho que nunca pisou no fundão da Raposo. E acha que uma área verde, um parque público não é direito das pessoas que estão lá. Queria só comentar isso sobre a sua fala e

agradecer de novo.

Quero chamar a Rita Beatriz Enge para fazer uso da palavra.

A SRA. RITA BEATRIZ ENGE – Boa noite, sou do Movimento Parque Augusta e do Fórum Verde Permanente, e ouvindo as falas de vocês, aliás, estou aprendendo bastante, muito ilustrativas e interessantíssimas, quero apresentar alguns mecanismos que utilizamos no Parque Augusta para vencer essa luta, que não foi fácil.

Então, o primeiro vocês já estão executando, que é a mobilização da comunidade. Acho que a mobilização da sociedade civil é o primeiro passo para que se tome de fato posse dessas áreas verdes, é imprescindível que isso aconteça.

Sou também arquiteta e urbanista, e um dos principais instrumentos que nós utilizamos, aproveitando que agora, para o bem e para o mal, vamos ter a revisão do Plano Diretor, foi cravar dezenas de áreas como áreas de proteção ambiental no Plano Diretor e na Lei de Uso e Parcelamento do Solo. Eu não sei se a Mata Esmeralda está cravada como área verde, mas essas áreas que nós conseguimos cravar, elas perdem exponencialmente o valor para o mercado imobiliário, porque passam a ter a possibilidade de ocupação só de 10% de área ocupada do terreno.

Então, foi aí que começamos a virada com relação ao Parque Augusta. Claro, durante todo o processo houve um movimento fortíssimo de vários agentes da sociedade civil e depois contamos com o apoio do Ministério Público. Mas, nessa perda de valor da área para o mercado imobiliário, isso foi importantíssimo. Então, se ainda não está cravada como área de proteção ambiental é importante que se crave agora nessa revisão do Plano Diretor.

E, após já ter sido cravada como Zepam, utilizamos o direito de transferência de potencial construtivo, porque aí a Prefeitura consegue adquirir o terreno sem gastar recursos em espécie, vamos dizer, não que deixe de arcar com algum custo, mas pode transferir com os proprietários esse direito de construção para outros terrenos, outras regiões da Cidade que eventualmente possam ser até bastante interessantes para esses incorporadores. Então, essa é uma coisa que usamos.

Sobre outros mecanismos que você falou, a Prefeitura pode se utilizar do direito de preempção e da desapropriação, pode fazer um decreto de desapropriação. Então, existem mecanismos legais e urbanísticos para obtenção dessa área, mesmo sendo em parte particular. E também, acho que tem de usar todos, mas essa questão da desvalorização da área por ser depósito de entulho, por falta de cuidado, por ter mato, isso é depreciar. Passamos muito por isso com o Parque Augusta, todo mundo achava que era um terreno baldio. Inclusive, na época, levei meus alunos de arquitetura e urbanismo lá para verem a área, porque iriam projetar um parque na nossa disciplina e eles acharam que era um terreno baldio. Eu falei, não, isso aqui está sendo transformado num terreno baldio para depreciar a área. De fato, não é um terreno baldio.

Então, é aquela coisa, depreciar para depois privatizar. Conhecemos essa história não é de hoje. Então, existem mecanismos, é isso o que eu queria dizer. São vários e tem de investir em todos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito bom. Parabéns, Beatriz, acho excelente você, não só enquanto arquiteta, mas como alguém que fez parte de uma luta por um parque público, que foi uma luta vitoriosa e difícil. Eu vi que foram anos e anos na questão do Parque Augusta. E é um parque super utilizado, as pessoas conseguem acessar, um espaço de convivência, de uso, enfim, acho bom o seu depoimento. Esperamos que se consiga fazer isso ali na Mata Esmeralda, acho muito possível. Claro, temos de manter a organização comunitária bem fortalecida, tem que manter a pressão popular, mas acho plenamente possível, inclusive, porque é uma área muito grande, enorme, são 500 mil metros quadrados. É uma área que tem um interesse popular gigante, são cinco bairros ali ao redor.

E sabemos, talvez não se consiga barrar com que uma parte da área tenha um empreendimento. Eu acho que o ideal seria a preservação total, mas talvez não se consiga. Mas mesmo se tiver em uma parte, em especial na área que é ZM, Zona Mista, ali onde está a Zepam é possível fazer esse parque, ou mesmo onde não está a Zepam, onde está a Zona Mista, é

possível fazer um parque público e é possível preservar aquela área. Inclusive, porque tem nascente, isso está na lei, se tem nascente não pode construir em cima, isso é parte da lei.

Então, eu acho que é muito importante a gente acionar oficialmente a Secretaria Municipal do Verde, coisa que o nosso mandato vai fazer agora em dois sentidos. Primeiro, consultar publicamente qual é o plano para aquela região, porque hoje a Secretaria foi franca, falando “Ah, acho que tem que ser preservado, sim. Mas ainda não fomos acionados oficialmente”.

Então, não está nos planos da Secretaria, não está registrado esse espaço na Secretaria, mas disseram que tem uma disposição para isso. Eu falei “Está bem. Então a gente faz uma consulta pública”, e responderam: “Então peço para que provoque essa consulta”. E, para além disso, um pedido oficial de um estudo.

A Secretaria tem técnicos para isso, apesar de já ter tido muito mais, de ter tido muitas aposentadorias e pouca reposição, mas tem técnicos que podem fazer um estudo, podem fazer laudo, podem estudar aquela região. Isso é plenamente possível.

Como foi dito na última audiência desta Comissão, cujo tema era tratar das questões do verde e do geral na Cidade, para iniciar o mês de julho, existe um aumento no Orçamento. A Sra. Tamires, da Secretaria, falou isso. Inclusive, ela falou até que estava até com dificuldade de gastar, pela questão da falta de funcionário, o que é uma situação muito perversa. Ou seja, estava com muito dinheiro, mas a gente sabe que Poder Público tem que gastar direitinho, tem que ter o técnico que vai licitar, então até para gastar o dinheiro público precisa de funcionário.

E chegou a um ponto que está com mais dinheiro do que servidor para gastar. Então, eu acho que é possível, no próximo período, a gente conseguir essa vitória. Vou passar a palavra para a Sra. Cordeliza.

A SRA. CORDELIZA – Em primeiro lugar, quero agradecer a possibilidade de estar aqui, te parabenizar pela vereança, que é novidade para mim. Eu gostaria de falar muitas coisas em relação a esse assunto.

A cidade de São Paulo é muito complexa e a gestão anterior tinha uma proposta de

fazer algumas modificações no Plano Diretor, no zoneamento, uma série de coisas, desde o Estatuto da Cidade até as mínimas normas dentro da Subprefeitura. E me lembro muito bem que, quando teve uma oficina no Butantã, questionou-se questão do Jóquei Clube, um espaço enorme que está inaproveitado; também fizeram referência às taxas de coeficiente de aproveitamento das construções daquela região. Ou seja, os gabaritos dos prédios.

Todo mundo reclamava “Ah, Butantã não tem prédios, Butantã não está crescendo”, mas naquela audiência não tinha ninguém para falar o que seria o viário para aquela região, porque todos só tinham olhos para a Berrini, para a Paulista, para Água Espraiada, por conta das outorgas, aquela coisa toda. Conclusão: foram feitas interferências e se passou a ter um coeficiente diferente para o Butantã. É por isso que hoje está tendo bons apartamentos naquela região, porque foi pedido.

Mas quando se pediu isso, não foram avaliadas outras questões. A Prefeitura é muito truncada, as coisas acontecem de forma truncada na cidade de São Paulo. Ninguém pensa que, se a UBS está prejudicada, é por conta de uma construção ou é por conta de um córrego, ou por conta de uma invasão. Ninguém pensa assim, mas tudo está interligado, é uma rede de coisas.

Então, o meu apelo é que esta Casa dê mais amplitude nas coisas para a população, porque a população não conhece quase nada. Se não somos nós virmos um dia ou outro fazer uma manifestação, não tem ninguém. Quando tem audiência pública, vem meia dúzia de gato pingado. Vai falar de orçamento? Menos de meia dúzia. Vai falar de zoneamento, então? Pronto, ninguém nem quer saber para que serve zoneamento, não sabe que isso vai interferir em várias coisas.

Eu sou moradora do Água Podre e estou na luta com os Amigos da Mata porque tem tudo a ver. A mata vem de lá para cá, pelas cotas de nível, e é fundamental a preservação da mata, seja por um todo ou parcialmente.

Por que eu falo parcial? Pelo processo que eu vi, o proprietário, pela lei, já deixou uma taxa definida para a Prefeitura. São quase 108.000 m² de área verde que ele deixou preservada, só que isso não vai satisfazer a região. Por isso, a luta pela preservação completa,

dos quase 500.000 m², porque fará muita diferença naquela região.

Aquela região tem duas rodovias, passa muito carro. O clima naquela região ficará insuportável sem a mata. E quando se falou em montar um Ceasa ali, até poderia se pensar em montar um Ceasa lá; mas, não. É muito tráfego de caminhão para lá e para cá, fora a quantidade da população que vai aumentar.

Então, peço que o Legislativo tenha um olhar diferente para a Cidade, que faça mais publicidade das coisas que estão acontecendo, nos dê transparência dos processos que estão correndo dentro da Prefeitura, porque essa região tem processo. Já foi aprovado o desmembramento, o processo está parado na SMLU, o Ministério Público deu um prazo de 30 a 60 dias e o processo está no mesmo lugar.

Qual é a intenção de segurar um processo e não ser transparente com quem está pedindo? Se olhar a planta que está na Subprefeitura, são vários lotes que, obviamente, se estiverem pagando é um bom rendimento para a cidade de São Paulo. Mas há de se convir que precisamos fazer um apanhado de como a Prefeitura está enxergando esse loteamento. É por conta do IPTU? Por quê?

A ZEIS, se eu não me engano, já está ocupada. E a gente sabe que ZEIS é uma área passível de a Prefeitura desapropriar quem está numa área de risco e passar para a ZEIS, numa construção adequada. É assim que funciona na Prefeitura. São várias ZEIS, mas também há interesses em cima disso.

Tem um processo parado há muitos anos do Água Podre, porque o órgão aponta para ser um parque, que não saiu até hoje. Já teve verba, já teve projeto, teve licitação, teve tudo, mas alegaram que, primeiro, precisa construir prédios para os moradores. A comunidade de lá tinha 42 pessoas, hoje deve ter três vezes mais, sem contar as que virão de outro lugar. E não é bem assim, eu acho que tem de haver uma conversa com os moradores da região.

De que adianta fazer quatro blocos de prédios, de seis a oito pavimentos, se você só tem uma creche, que é longe e conveniada; não tem uma casa de cultura, não tem biblioteca, não tem nada naquela região.

Então, peço um olhar diferenciado para aquela população. Faça uma coligação entre Orçamento, zoneamento, PDE, porque tudo o que for necessário para movimentar a cidade de São Paulo precisa estar coligado, a população precisa entender, precisa saber. Não é só *funk*, não é só festa. Se você convidar para festa, enche. Quando você convida para uma audiência, não vai ninguém.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Cordeliza, pela sua contribuição. Tudo o que você falou é bem importante, em especial quando você fala da transparência. Eu fico muito preocupada porque, quando não tem transparência nos processos, cria-se uma falta de vontade de participar do espaço de discussão pública. As pessoas pensam “Para que eu vou lá se a gente vai discutir uma coisa e, na verdade, a Prefeitura vai fazer outra? Então, não adianta eu ir para ficar me desgastando, conversando”. Então, a falta de transparência está ligada com a falta de participação, uma coisa tem a ver com a outra.

A gente sabe que, se não se vê o espaço público enquanto um espaço efetivo, muita gente não vai querer participar. É fato. Então, acho que é muito importante a gente cobrar a transparência, como você está cobrando, é muito importante a gente conseguir informar às pessoas quais são os passos: em que pé está, o que está acontecendo, o que a gente pode fazer nesse momento que pode chegar ao resultado que a gente quer? É nisso que a gente tem que focar para garantir a mobilização comunitária.

E sobre o que você falou do planejamento, está certíssima. Em toda a região, o que a gente está vendo é a receita para o caos. Quando a gente vê o Raposão, a gente pensa: “Meu Deus, o quanto vão pretender construir mais cinco dessas ali?”, porque é querer colocar uma cidade ali para ser atendida por uma UBS no Jardim Boa Vista, que eu já trabalhei ali naquela UBS. Simplesmente, serão dezenas de milhares de moradores novos a serem atendidos pela mesma UBS.

Recentemente, a gerente daquela UBS tomou uma atitude que achei correta, ela falou o seguinte: “Eu não vou cadastrar ninguém do Raposão se a Prefeitura não me der mais

equipe”. Ela tomou uma decisão difícil, mas achei muito certo, porque “Ou vai me dar mais equipe e ampliar o espaço da UBS, ou não vai ter cadastrado desse novo empreendimento”, porque simplesmente vai ficar inviável, é uma falta de respeito muito grande com as pessoas.

Criou-se um clima muito difícil, muito pesado ali com a região, mas achei correto, no sentido de demandar que se tenha planejamento de política pública e não só atender os interesses de quem quer ganhar dinheiro, que é isso que está acontecendo hoje. Parece que é essa postura que está sendo a dominante.

É importante a gente discutir essas questões. Eu queria saber se alguém tem mais algum encaminhamento. O que eu pensei é fazer uma consulta à Secretaria Municipal do Meio Ambiente para saber em relação a Mata Esmeralda, qual é o plano, qual é o planejamento. Isso foi pedido do Ravena, porque é muito tranquilo. A gente pode sair do gabinete, a gente abre um processo 6, que é uma coisa tranquila.

Tem outra coisa: eu acho que tem que ser um pedido de estudo oficial da Secretaria daquela área. Eu estou vendo que o movimento está fazendo o estudo, isso é ótimo, é importante, mas também tem que ter o estudo da Secretaria.

O que a Cordeliza falou do Ministério Público é importante, que eles ainda não responderam, já faz mais de 30 dias. É isso?

A SRA. CORDELIZA – Fizeram o encaminhamento para a Subprefeitura, fizeram para a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, com indagações sobre os estudos da área etc e deram um prazo de 30 a 60 dias; e já correram 30 dias. Não sei se o pessoal vai se manifestar. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Tudo bem. Então foi pedido para as Secretarias. Nesse caso, eu acho que o Ministério Público faz o trabalho dele. Eu queria o número do expediente, se possível o nome do Promotor, para a gente poder saber quem é que está fazendo esse movimento dentro do Ministério Público.

A SRA. CORDELIZA – Eu posso mandar.

A SRA. RITA BEATRIZ ENGE – Eu queria só dar uma sugestão. Já que envolve

mais de um município, que seja acionada também a Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – A Deputada Estadual Mônica Seixas já está acionando, também via Taboão da Serra já tem pressão, que a gente conversou recentemente com a Sra. Najara Costa, ali da região, que também já está pressionando por lá.

A SRA. ÂNGELA MARTINS BAEDER – Luana, eu estou achando tão estranho porque a representante da Secretaria do Verde do Cades Butantã noticiou que tinha sido incluída a Mata Esmeralda no Planpavel. Então, não sei se há uma desinformação dentro mesmo da Secretaria do Verde, porque você falou, né, que você foi informada de que não estava no radar da Secretaria do Verde, não estava incluído nos planos e tudo. Então há uma contradição, que eu não sei o que que está... Só ressaltar isso: que há uma contradição entre uma colocação que foi feita no Cades pela representante da Secretaria do Verde e essa informação aí. Eu não sei onde está a confusão.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Mas ela te falou que estava no Planpavel?

R – Sim, até comemoramos no Cades que tinham conseguido incluir no Planpavel.

P – Que iria incluir ou que estava incluído?

R – Não, que conseguiram incluir, porque não fazia parte. E aí encaminhamos, fizemos uma discussão no CADES, um documento e tudo o mais. E aí a Solange já tinha, a partir da discussão que havíamos feito, já tinha recomendado isso. Essa representante da Secretária do Verde participou do levantamento que foi feito para fazer o plano de conservação e recuperação da Mata Atlântica, além do Planpavel – que é uma parte do Planpavel.

P – Olha, eu espero que esteja. Eu acho que seria um passo importante para conseguirmos cobrar. Hoje, o que me chegou, por parte de um setor mais de primeiro escalão da Secretaria é que não se tinha informações, não se sabia. Pode ser um desencontro de informações, isso acontece em qualquer secretaria.

R – Pode ser.

P – Eu espero que seja o caso. E espero que a informação correta seja o que esteja no Planpavel. Isso podemos checar.

De toda forma, a partir da nossa provocação oficial à Secretaria, nós vamos saber o que é, qual é o plano, o que está sendo colocado. Eu espero que esteja mesmo, porque é isso.

Hoje, eu senti que existia, sim, uma disposição de se dar os próximos passos no sentido de preservar aquela área. Então eu acho que é possível que esteja. Eu espero que sim. E pode ter sido somente uma desinformação aí de quem me falou. Mas vamos ver. A partir desse pedido de informação oficial, já vamos saber.

Se alguém tiver mais alguma sugestão de encaminhamento, gente.

(NÃO IDENTIFICADO) – Não pode ter alguma visita técnica na área?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Podemos.

A SRA. ÂNGELA MARTINS BAEDER – Uma visitação na área com as pessoas que queiram.

P – Mas uma visita técnica, você diz, na sociedade civil?

R – O que a gente chama de visita técnica é quando saímos caminhando com o nosso caderninho e olhando todos os pontos de vistas – cerca, lixo, água, folha, se tem bicho, conversa com os moradores, vai anotando.

P – Eu acho ótimo.

R – E vai se surpreendendo, porque é uma área gigantesca. Precisa-se de umas três horas e meia ou quatro para fazer isso. Vamos dizer, três horas de visita na mata seria de bom tamanho. Vamos marcar. Os moradores do Guaraú estão nos pedindo no grupo, várias vezes: “Vamos fazer uma visita?”, “Venham aqui, vamos observar o que está acontecendo”. Mostram foto, querem resolver. O pessoal quer muito participar dessa luta. Vamos marcar quando você puder.

P – Vamos.

R – Porque esse mês internacional do meio ambiente demanda muitas atividades com relação ao verde. E assim que virar o mês, quando você puder, num final de tarde, chegar lá umas três e meia, quatro horas, ou de manhã bem cedinho, visitar a área do entorno – porque entrar na mata não podemos, mas o entorno conseguimos.

Vamos marcar?

P – Vamos. Eu ficaria feliz. Eu vou ter a agenda mais liberada a partir de julho, porque vai ser o recesso parlamentar oficial aqui da Câmara. E aí é o período... No ano passado, para mim, foi muito produtivo. Foi um dos meses mais produtivos que eu tive no mandato, que foi no mês de julho, porque estamos com o horário, para além das sessões, para estar com o horário mais liberado para estar nos bairros, enfim. Eu acho que seria muito interessante conseguirmos marcar. Para mim julho é o melhor. Assim, antes do início de agosto. Eu acho que seria interessante chamarmos grupos que consigam também nos ajudar tecnicamente – universidade. Acho que seria interessante. Eu acho que tem muita gente na própria USP, que é ali do lado, que super iria. Eu acho que seria interessante, sim. Por mim está feito.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Perfeito.

Estou na comissão de saúde. É como se fosse uma diligência? (Pausa) Vou ver se a gente consegue aprovar. Tem que aprovar em sessão, imagino? A gente está pesando uma visita oficial da Comissão do Meio Ambiente ao local.

Acho que a Juliana, talvez, queria falar, mas só para tirar essa dúvida: o pessoal da secretaria pode me tirar essa dúvida, se posso ir eu mesma ou preciso aprovar em sessão oficial? (Pausa)

Eu vou fazer o seguinte: vou conversar com o Xexéu Tripoli que é o Presidente desta Comissão. Vou ver se a gente consegue chamar uma sessão extraordinária da Comissão nesta semana ou na outra, para ver se a gente consegue aprovar. Porque seria mais interessante – claro que de toda forma eu vou – se a gente conseguisse aprovar numa sessão da comissão. Posso conversar com o Xexéu e pedir para chamar uma sessão ainda antes do recesso – não tenho certeza de que teremos no calendário. (Pausa) Não tem, mas ele, como Presidente, pode chamar uma extraordinária para a gente conseguir aprovar. Vou ver se ele tem disponibilidade. Se ele não tiver disponibilidade, o Presidente desta comissão, eu vou de toda forma, a gente chama a Secretaria do Verde, mas eu vou tentar esse primeiro caminho, para aprovarmos essa

visita oficial.

A SRA. ÂNGELA MARTINS BAEDER – Como você perguntou se tinha mais algum encaminhamento, eu gostaria de saber se seria possível você solicitar da Prefeitura se ela, pelo menos, tomasse conta da parte que foi destinada para ela, porque se já desmembrado, tem a parte preservada para uma praça, um parque, ela deveria cuidar, porque, exatamente, essa parte está com entulho, problemas, lixo. Sabendo que é da Prefeitura, o pessoal começa a depredar.

Talvez o Ernesto fique um pouco receoso, mas se tem, pelo menos, depois, pode se pedir ampliação para parque, mas começar a tomar conta de uma parte, pelo menos.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Eu acho bom. Acho que o Ernesto quer fazer uso da palavra. Depois, a Juliana; e, depois, retorna para mim. (Pausa) Está bom. Juliana que está com a mão levantada.

A SRA. JULIANA TORRES MARTINS – Eu só queria que você contasse para a gente como é o procedimento interno com você: encaminha e vai ter as respostas e vai nos comunicar? Como isso funciona?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Sim. Isso você diz de todos os encaminhamentos, não é? (Pausa) Então, no caso das provocações da Secretaria Municipal, saem do nosso gabinete oficialmente; a gente abre um processo SEI, então, a Secretaria Municipal tem que responder, porque se abriu um processo, e ela responde. A gente vai informar vocês do movimento, via o contato que a gente já está tendo da Roberto, Pedro, o pessoal que trabalha no mandato e também é do movimento, também constrói e que tem o contato. Chega dessa maneira informal o retorno que vem das Secretarias, mas a nossa maneira, mas a gente procura a Secretaria da maneira mais formal possível. Abrimos o processo SEI para a coisa ficar certinha e conseguirmos.

Em relação a essa visita, qual foi a minha dúvida sobre isso – para explicar para todo mundo também -: a Comissão Extraordinária Permanente de Meio Ambiente e Direito dos Animais não tem, necessariamente, uma reunião com certa periodicidade. Ela pode ser quinzenal, pode ficar um mês sem se reunir, pode ser quinzenal e chamar uma extraordinária

nas outras, varia, depende muito da presidência dessa comissão. O Presidente desta Comissão é o Vereador Xexéu Tripoli. Enfim, temos um diálogo bem tranquilo. Quando eu pedi para ele chamar esta extraordinária, ele chamou. Assim quando ele pede para eu estar presente para fazer quórum eu também venho. Então, é uma coisa bem *okay*.

No calendário até o recesso de julho, não em chamada da comissão neste momento. O que eu vou pedir é para que o Xexéu, enquanto Presidente, chamar porque ele tem essa possibilidade de chamar uma sessão extraordinária. Nesta sessão extraordinária, a gente aprova a visita à Mata Esmeralda. É possível fazer isso mesmo que não seja aprovado, mas eu acho mais legal assim, se for aprovado pela comissão esta visita, inclusive, abrindo para outros Vereadores que queiram comparecer.

É isso. Mais ideias?

Tem a palavra o Ernesto.

O SR. ERNESTO KENSHI CARVALHO MAEDA – Quero agradecer, novamente, o convite e parabenizar pelo evento. É importante registrar que o nosso movimento é coletivo que envolve a Elisa, Ângela, Sr. Hélio, Marina, Sônia, Célia, Márcia, Saulo, Lucas. Temos, também, um pessoal que não é necessariamente morador da região que é fundamental para a gente a Ângela, a Júlia também, e temos um pessoal que tinha um perfil que eu chamaria de mais técnico, mas que é fundamental, desde a Juliana que dá suporte na questão dos direitos e da experiência do Parque Augusta, mas, também o Ivan Maio. Temos todo um pessoal que está nos dando esse suporte mais técnico para levantamento de dados que não, necessariamente, até por ser área privada não podemos entrar, mas, por fontes secundárias, eles conseguem levantar uma série de informações.

Eu queria aproveitar e fazer algumas observações e correções. A maior parte da área é privada, particular, praticamente, no Município de São Paulo, toda a área é particular. A informação que nós temos é que na parte de Taboão da Serra, que é 22% da Mata, é do Município. Então, a Najara vai ajudar a gente a confirmar essa informação.

Na verdade, nenhuma área é da Prefeitura ainda. Toda a área é privada. No projeto

de loteamento, eles separam a área de Zepam – duas -, quase 40% da área para Município -, então, é aquela área que não pode mexer mesmo, jogam para o Município. A área de construção prevista é área mista. Não é ZEI, não. Área de construção na área mista, onde tem, inclusive, nascente. Uma parte daquela área – oito grandes lotes que variam de 2 mil a 15 mil metros quadrados, prédios de quatro andares; do outro lado, tem mais projetos de sobrados.

Mas qual é a lógica disso? A lógica me parece que é estar oferecendo a pessoas que podem pagar mais um ambiente mais agradável, mais verde, esse tipo de coisa.

Onde hoje é um pasto, uma área mais desmatada – e não tem nada projetado para lá – parece-me que esse pedaço não foi conseguido comprar pela construtora Carvalho Hosken, mas não sabemos ainda. Essa área da ZEI já tem prédios e casas que já estão ali.

Então, têm coisas estranhas porque o que está projetado no loteamento é, justamente, na área que tem mais mata. Ou a área que tem mais mata jogaram para a Prefeitura. Porque “se vira; essa área não pode mexer mesmo. Você fica com essa área verde mais densa”.

Por satélite e visualmente, a área do Taboão da Serra é uma área com bastante verde, apesar de serem 22%. Então, trago essas informações só para deixar um pouco mais clara a situação daquela área.

Eu queria ressaltar a importância da parceria dos movimentos de defesa do meio ambiente.

Estou dizendo isso porque, primeiro, sozinhos nós não vamos conseguir. Essa luta é da sociedade. Nós temos uma parceria muito grande com uma série de movimentos de compostagem, reciclagem, outros parques, como Parque do Jóquei e o Parque Augusta, sobre o qual temos nos espelhado, com a Juliana, pela experiência que trazem – gostaria de aprofundar mais esse diálogo; acho importante ter conversado como Chicão sobre isso: a importância de estarmos articulando mais os movimentos na capital para nos fortalecer.

Que queria aproveitar a ocasião, porque não estamos falando da questão da mata, estamos falando da questão ambiental. E nós estamos num momento de discussão da Lei de Zoneamento. Nós estamos vendo, na cidade inteira, todo um processo de verticalização sem

preocupação nenhuma com a questão ambiental. Tem uma série de movimentos, como o Pro-Pinheiros que vem procurando ocupar um espaço importante. É importante valorizar esses movimentos. Esse movimento não é dos ativistas. Esse movimento é da sociedade.

Este momento é importante, uma vez que a sociedade pode confrontar e cobrar, porque nós vamos ter eleições para Deputados Estaduais, Federais, Governador, Senador, Presidente, e a escolha não pode ser, simplesmente, de simpatia. Tem que ser em cima de programas, de propostas. Este é um momento importante de a sociedade participar e votar com mais consciência do que interessa para ela como sociedade, como população.

Quero aproveitar e dizer que nós, do Coletivo Mata Esmeralda, vamos estar sábado reforçando, faz parte da comemoração do terceiro ano do Fórum Verde Paulista, no Parque da Nascente. Quem puder participar será bom para reforçar a nossa luta.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Perfeito. Obrigada, Ernesto.

Obrigada pelo convite do evento também. Acho importante conseguir organizar o máximo de pessoas. A gente sabe que não existe mudança política por força de vontade dos políticos nem por ideias iluminadas de um senhor nem de uma senhora a ou b. O que existe é pressão popular e movimento social, de fato, pressionando por mudanças reais. É isso em que a gente crê. É nesse sentido que a gente atua.

Pode falar.

O SR. ERNESTO KENSHI CARVALHO MAEDA - Desculpe-me, só uma coisa que eu tinha pensado. É importante ressaltar o seguinte: nosso movimento – e a gente tem que desde o início tomar esse cuidado – não tem vínculo partidário com um Parlamentar ou com Partido Político. Tanto que nós temos diversos Parlamentares na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa de diversos partidos que estão apoiando a gente desde que concordem conosco. Então, o Coletivo da Mata Esmeralda não está vinculado e não vai ficar vinculado a nenhum candidato e a nenhum partido político ou Vereador. Todos que vierem com a gente serão bem-vindos, mas nós vamos manter a nossa autonomia.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Claro. E assim deve ser. Por isso mesmo eu

coloquei que esta visita tem que ser aberta, inclusive, peço ajuda ao movimento para que chame mais Vereadores. Esse é um papel importante que vocês tenham, porque existe todo tipo de questão e de problema. Eu os convido, mas acho importante que vocês os convidem, está bom?

Só para colocar uma última coisa que a Cordeliza falou, só para eu não esquecer o que você colocou, Cordeliza.

Você colocou sobre a questão da Subprefeitura. É plenamente possível chamar a Subprefeita para fazer uma ação de zeladoria. Isso é muito simples, é só pegar, provocar e acho que seria interessante inclusive uma reunião com a subprefeita. Porque ela é uma subprefeita nova, está na região há menos tempo e acho que seria importante ela conseguir escutar o movimento e me coloco à disposição para essa conversa.

Na pior das hipóteses, na hipótese mais baixa de atuação de uma subprefeitura, a gente consegue uma ação de zeladoria ali, naquela região. Isso é o pontual que dá para fazer, que é a retirada de lixo, limpeza de córrego. É o mínimo que a gente pode conseguir e eu espero que a gente consiga mais, consiga mais uma apoiadora para essa luta, para esse movimento. Esperamos isso, mas no mínimo a gente consegue essa ação pontual de zeladoria. Está bom?

Pode falar. Acho que o Chicão quer falar também.

(NÃO IDENTIFICADA) – Inclusive tem uma interferência de esgoto na boca de lobo.

São umas coisas meio sérias, que envolve a Sabesp.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Está bom.

O SR. FRANCISCO EDUARDO BODIÃO (CHICÃO) – Só para aproveitar, o Ernesto falou da atividade que a gente vai fazer no sábado. Então, para quem está em casa, para a Luana, para reforçar, a gente tem dito que estamos no mês do meio ambiente e não foi um só dia para a gente. E não é só um mês também, é o ano todo, mas a gente está aproveitando o mês para jogar luz sobre questões que preocupam. Por isso no sábado, a gente estará lá na Praça da Nascente, na Pompéia, com o Daniel Caballero, que é inclusive o artista que fez toda a arte do Fórum Verde, o nosso logo de camiseta, os estandartes. O Daniel é um artista, um militante, um ativista importante e é um grande pesquisador, um ativista em defesa do Cerrado.

Ele traz para a gente inclusive que parte da vegetação, da fauna e da flora de São Paulo era de Cerrado. É que a ocupação da cidade foi acabando com esses remanescentes de Cerrado, enfim, o Daniel discute esse tema e é alguém também interessante para trazer para a Comissão de Meio Ambiente para discutir a importância do Cerrado na cidade. Daqui um tempo a gente planeja e traz para a Comissão.

Então sábado, dia 25, das 9 às 13h, a gente estará em atividade lá. Quem quiser colar com a gente, vai ser muito bacana. Vai ter plantio, roda de conversa, tematizando a conversa de meio ambiente. E no dia 2 de julho – vou também fazer uma defesa importante –, na Chácara do Jockey, a gente retomará a confecção do Plano Diretor do Parque, peça de proteção e de regramento que a partir do acordo que a gente conseguiu na Justiça, à época da judicialização que a gente fez contra o processo de privatização do parque.

A gente fala de concessão, mas o Doria queria privatizar parque. Quer dizer, na medida em que ele joga na mão de um ente privado por 35 anos, com a possibilidade de renovar automaticamente a concessão, a gente está falando de privatização. E é o que a gente está vendo no Ibirapuera. O que está acontecendo no Ibirapuera é a expressão mais crua daquilo que a gente tinha de preocupação, que é exatamente o ente privado fazendo o que quer, do jeito que quer e sem ter o controle da Prefeitura. Ela não consegue responder aos desmandos e à vontade da Construcap e da Urbia no Ibirapuera.

Fica o registro. Não sou eu que estou falando isso, é o Conselho Gestor. A própria Prefeitura, a própria Secretaria do Verde admite isso.

Logo, a gente vai ter a retomada da confecção do Plano Diretor na Chácara do Jockey, porque na época da concessão do Ibirapuera, a Chácara do Jockey entrou junto para a concessão. Só que com ação civil e com o Ministério Público, a gente conseguiu travar isso e agora a gente está retomando. Então dia 2, às 9h, na Chácara do Jockey, a gente vai realizar uma oficina de cultura, porque o parque inclusive tem uma tripla responsabilidade. No decreto de criação do parque há a Secretaria do Verde, de Esportes e de Cultura como responsáveis pelo parque.

A gente conta com a ajuda de vocês para fazer o Plano Diretor da Chácara. Vai ser sábado, dia 2, às 9h, lá.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Está ótimo. Obrigada pelo convite, Chicão. São muito bons esses convites, espero que vá bastante gente.

Pessoal, dito isso, dados esses convites, tirados os nossos encaminhamentos, seguiremos em contato. Vocês sabem que dentro do mandato temos a Roberta, o Pedro – que está cuidando da filhinha, mas que está com a gente virtualmente. E a gente segue o papo. Fiquei feliz com o convite e, de todos os encaminhamentos, o que eu mais gostei foi a visita. A gente vai acionar a Secretaria e tudo mais, mas gostei, acho que é interessante e vai ser bom, bem legal.

Dito isso, e não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

_____ Muito obrigada a todos pela presença. (Palmas)